



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2018**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Fernando José Martins da Silva, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 41.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara o Vice-Presidente e os Vereadores Lília Águas, António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, referiu que pretendia dar nota da reunião tida nas Infraestruturas de Portugal, assunto que tinha sido afluída apenas uma parte dessa reunião, na última Assembleia Municipal. Assim complementando o que tinha dito, em Assembleia Municipal, deu conhecimento que fez referência às Infraestruturas de Portugal, dos trabalhos que faltam realizar em Perrães, nomeadamente no que diz respeito à rotunda e arranjos inerentes, estando-se a aguardar a vinda de um protocolo para que os mesmos sejam realizados.

Foi também falado sobre a comparticipação, não só da travessia sobre a linha de caminho de ferro, como também para o alargamento da via na saída para a zona poente do Concelho, mais concretamente na rotunda aérea perto do edifício dos Paços do Concelho.

Reportando-se ainda à passagem de caminho de ferro, disse que as Infraestruturas de Portugal, mantêm a sua posição de não financiamento e sobre o alargamento da via e como havia já terrenos adquiridos para o efeito, ficaram de vir ao terreno e analisar a situação, nomeadamente o estrangulamento de trânsito pesado, existente e que foi dado a conhecer.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, fez referência à inauguração do balcão do Espaço Empresa e a



Oliveira do Bairro câmara municipal

deslocação do balcão do Espaço do Cidadão, anteriormente localizado no edifício do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, para o balcão de atendimento integrado, instalado no edifício dos Paços do Concelho. Questionou se estaria algo pensado para o espaço que tinha ficado liberto, com a saída do Espaço do Cidadão, do anterior local.

Reportando-se ao profícuo debate que tem existido em várias reuniões de Câmara e Assembleia Municipal, desde que começou o ano letivo, relativamente ao ensino articulado. Acrescentou que a pertinência do tema se viu pela realização de um debate onde envolveu todos os quadrantes políticos e enquadrados na área do daquilo que é o regime articulado.

Recordou que a Vereadora Lília Águas, tinha dito que as coisas eram naturais, em função da mudança de um local para o outro, mas a preocupação que mais prevaleceu, tinha sido a questão pedagógica. Disse que não poderia deixar passar ao lado o que tinha sido dito pelo Diretor Pedagógico que referiu que *“entre levar um coice ou que lhe cortassem o pescoço, preferia levar um coice.”*, sendo na sua opinião uma declaração que ia contra o clima natural de gestão do processo e que trazia alguma preocupação em relação à questão pedagógica do regime articulado.

Solicitou esclarecimentos sobre o tema, porque era uma preocupação de todos.

Reportando-se à colocação de sinal de trânsito na Póvoa do Forno, assunto aflorado em reunião da Assembleia Municipal, e também do que aconteceu no kartódromo, disse que eram assuntos que deviam lamentar e preocupar o Executivo Municipal, porque dava a entender que tudo acontecia nas costas de todos, dos fiscais municipais, do Executivo Municipal, achando incompreensível como é que ao fazer-se o rasgo que foi feito no kartódromo, ninguém se tenha dado conta de nada.

Acrescentou que o terreno é propriedade da Câmara, fez-se a abertura de uma vala com uma extensão considerável e ainda se fez um buraco no muro de sustentação de terras, para que a água escoasse do terreno. Sobre a colocação de sinais de trânsito, parece-lhe que a população faz o que quer, sendo algo que tinha que se combater, porque o Concelho de Oliveira do Bairro, não podia ser um Concelho sem leis.

Referindo-se à decisão tomada na Assembleia Geral do ABC de Bustos, no que diz respeito à doação do Palacete que permitia agora à Câmara Municipal avançar com a classificação do imóvel, como imóvel de interesse municipal, que na sua opinião era onde se enquadrava, ao nível das categorias de valorização de património cultural, não havendo nenhum imóvel com essa classificação no Concelho. Referiu que estavam criadas todas as condições para a valorização do Palacete sendo de todo imperativo que a Câmara Municipal, alavanque esse processo e não permita que a burocracia se estenda temporalmente.

O **Vereador António Mota**, solicitou ao Presidente da Câmara que esclarecesse concretamente o que se tinha passado em relação à deslocação da máquina de limpeza para Perrães. Disse que apesar de o assunto já ter sido aflorado em Assembleia Municipal, havia ainda muitas contradições e



Oliveira do Bairro câmara municipal

era bom que se esclarecesse de uma vez por todas a questão, pensando que sob o ponto de vista jurídico também se estava a tomar as devidas diligências. Questionou o Presidente da Câmara se mantinha ou não a informação que tinha dado à Assembleia Municipal, e o que tinha descrito na comunicação social, ou seja, passou no local por passar e verificou o que estava a ser feito.

Relativamente às Infraestruturas de Portugal disse que pensava que o Presidente da Câmara traria dados novos, nomeadamente no que diz respeito às três rotundas da Estrada Nacional n.º 235, que era um assunto que vinha a ser debatido há alguns anos e que já constavam em projeto desde 2013, o concurso da obra já foi adiado por uma série de vezes e até foram realizados estudos e expropriações de terrenos para a execução das rotundas.

Recordou que o que tem questionado o Presidente da Câmara e o interesse na questão tem sido no sentido de saber se vai existir ou não a requalificação da EN n.º 235 desde a última rotunda de acesso à A1, até à variante.

Sobre a questão do kartódromo, disse que para além do rasgo que tinha sido feito, questionou quem tinha demolido o muro a nascente, se tinha sido a Câmara Municipal, para dar origem à construção de um murete de 60 cm, tendo criado um talude.

Disse que todos tinham conhecimento, que por decisão recente, aquele era um espaço público camarário e como tal tinha que haver muito acompanhamento, dando a sensação que a Câmara Municipal andava sempre a reboque dos grandes acontecimentos no Concelho e só entrevinha após a denúncia dos casos.

Reportando-se à notícia do Jornal da Bairrada “*sinais de rotura no Palacete*”, o tinha deixado um pouco preocupado, tendo que ir saber o que se tinha passado e afinal não era propriamente a estabilidade do edifício que estava colocada em risco, mas tinha existido um acidente, que destruiu uma pequena parte da entrada mesmo. Alertando que quando se notícia deverá haver algum cuidado, para não alarmar a população ao ponto de pensarem que o edifício poderá ruir a qualquer momento, sugerindo que esse tipo de notícias, sejam desmentidas de imediato.

Sobre as “bugas”, deu os parabéns pelo facto de terem sido retiradas, que na sua opinião estavam a dar mau aspeto mesmo em frente ao edifício dos Paços do Concelho.

O **Vereador Fernando Silva**, reportando-se ao controle de acesso ao interior do edifício dos Paços do Concelho, recordando o que lhe tinha sido transmitido pelo Vice-Presidente, em reunião anterior, de que o problema terá existido no início do mandato, mas o certo é que na sexta-feira anterior tinha recebido reclamações de munícipes do Concelho. Disse que iria apresentar uma proposta no sentido de resolver a situação.

Referiu que a Câmara Municipal tinha serviços de atendimento ao público e que as pessoas têm que se deslocar obrigatoriamente, ao edifício para tratar dos seus assuntos, e não têm que ser questionados onde é que vão ou com quem vão falar. Acrescentou que o edifício dos Paços do



Oliveira do Bairro câmara municipal

Concelho, era o conjunto de dois blocos, propondo que seja feito um acesso alternativo, o acesso político e um outro acesso aos serviços técnicos de atendimento ao público. Referiu que há portas no lado poente do edifício onde poderia ser feito esse acesso.

Disse que como Vereador da oposição, muitas vezes tem acesso a informação pela primeira vez através da Assembleia Municipal, ou seja, há informação que resulta da atividade do Executivo, que é dada à Assembleia Municipal e que os Vereadores da oposição não têm conhecimento da mesma. Deu conhecimento que tinha um requerimento, para entregar ao Presidente da Câmara, onde eram referidas várias situações. Acrescentou que nas competências que eram da Câmara Municipal e que na primeira reunião, a oposição votou contra que as mesmas transacionassem para o Presidente da Câmara, referiu que gostaria que fosse dado um relatório semelhante ao enviado à Assembleia Municipal, sobre a atividade do Executivo e que parte do mesmo não teve acesso à informação. Sobre as competências do Presidente da Câmara, por força da lei, recordou que em anteriores Executivos, eram trazidos na Ordem de Trabalhos assuntos para conhecimento, por uma questão de cortesia. ... Deu conhecimento que tinha um protesto a apresentar, mas como o tempo era curto, o deixava para o ponto de aprovação da ata.....

Informou que iria apresentar um requerimento, onde eram solicitadas cópias de todo o processo de atribuição do Lote C23 da Zona Industrial de Oiã, porque o movimento UPOB, pretende solicitar que o processo seja fiscalizado por entidade competente, tendo entregue o Requerimento ao Presidente da Câmara.

A **Vereadora Lília Águas**, deu nota que ao fim de nove anos, em que era solicitado Wi-Fi na Biblioteca Municipal, o mesmo já está disponível.

Querendo esclarecer as questões colocadas pelo Vereador Álvaro Ferreira, sobre o regime articulado, disse que sobre as declarações feitas pelo Diretor da Escola, Maestro Luís Cardoso, não pretendia pronunciar-se.....

Confirma que a questão do ensino articulado tem vindo a ser falada e discutida em vários fóruns, tendo também tido oportunidade de esclarecer questões sobre o tema por diversas vezes, em vários fóruns, sessões de Assembleia Municipal, reuniões de Câmara Municipal e Imprensa. Afirmou que o que tinha esclarecido no debate em causa fez com que se percebesse de uma vez por todas o que é que tinha acontecido efetivamente e porque é que a Câmara Municipal tinha apresentado aquela proposta para solucionar a problema.....

Acrescentou que a solução teve que ser tomada, num curto espaço de tempo, porque se corria o risco de a Escola de Artes perder alunos e não era isso que se pretendia.

Referiu que a Escola de Artes tomará o seu rumo, no que respeita ao projeto pedagógico, sobre o qual a Câmara Municipal não interfere.

Deu conhecimento que tudo estava em funcionamento, sendo que já têm todos os instrumentos que



Oliveira do Bairro câmara municipal

tinham sido solicitados pela Escola de Artes. Acrescentou que o ensino articulado que está a ser ministrado na Escola Acácio Azevedo, tem ao dispor um bloco inteiro e não duas ou três salas, que foi remodelado com todas as condições que tinham sido exigidas pela Escola de Artes, desde as infraestruturas, instrumentos, assistente operacional, computador, sala para professores, ou seja todas as condições foram criadas.

O Vice-Presidente da Câmara, disse ter ficado com uma dúvida na última reunião de câmara, quando tinha sido falado de uma candidatura que o município perdeu em 2016, relativa à dinamização das zonas industriais, e pareceu-lhe ter ouvido do Vereador António Mota, que a responsabilidade da perda da candidatura tida sido dos técnicos municipais. Questionou se tinha percebido mal, o que tinha sido dito pelo Vereador António Mota, pedindo desde já desculpa, ou se efetivamente o Vereador António Mota entendia que tinha sido responsabilidade dos técnicos municipais e não responsabilidade política, de forma a que tudo fique devidamente esclarecido.

O Presidente da Câmara, respondendo às questões suscitadas pelos Vereadores, no que diz respeito à questão de Perrães, esclareceu que não tinha sido solicitado por si, qualquer tipo de intervenção, à Junta de Freguesia de Fermentelos. Acrescentou que aquilo que estava transcrito no Jornal da Bairrada, e o que tinha referido em Assembleia Municipal, era o que tinha acontecido, pretendendo que fique de uma vez por todas esclarecida a situação.

Relativamente à questão da EN n.º 235, informou que aquilo que existe de projeto, tem algumas lacunas que foram debatidas. O projeto foi solicitado, foi analisado, posteriormente foi solicitada uma reunião com as Infraestruturas de Portugal e nessa reunião, tentou-se colmatar as lacunas que existiam no projeto, de forma a melhorá-lo para se apresentar o mesmo neste órgão. Disse que tinha sido referido que o mesmo seria concluído em 2019, para depois lançar a concurso.

Sobre a questão do Palacete, esclareceu que o que tinha sido noticiado resultava de um sinistro, de um acidente de um trator que tinha entrado nas instalações do ABC para proceder a trabalhos, e na sua saída derrubou por completo a coluna que existia. Acrescentou que a grande preocupação foi verificar e assegurar a estabilidade do ainda existente. Informou que o ABC solicitou à Câmara Municipal apoio para a limpeza dos cacos que ficaram, apoio esse que tinha dado, não obstante da relação existente e do envio da deliberação para se desencadear todos os processos que têm que ser desencadeados.

Relativamente ao Espaço Empresa, referiu que a intenção para o espaço onde se localizava o Espaço de Cidadão no edifício do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, possa passar a ter funções culturais.

Sobre a questão do kartódromo e se a Câmara Municipal tem conhecimento ou não de algumas situações, esclareceu que na primeira vez que aconteceram movimentações de terras no local, tinha sido o próprio a verificar no local da existência de uma máquina, foi feita a denúncia que tinha que ser feita. O presente ato de abertura de vala, disse que se aperceberam depois, através de comunicação



Oliveira do Bairro câmara municipal

e foram efetuadas todas as diligências no sentido de apurar quem é que teria efetuado o trabalho. Deu nota que da primeira vez e atendendo ao processo foram questionadas as partes envolvidas se tinham solicitado a intervenção, e tudo tem sido feito dentro dos tempos e termos legais.....

Reportando-se à questão do Vereador Fernando Silva, no que respeito ao controle de entradas, disse que num edifício como o da Câmara Municipal, as cautelas de segurança, era sempre uma preocupação. Referiu que iria acolher a sugestão deixada pelo Vereador, dando nota que já tinha sido equacionada a questão, da entrada por outro local, facilitando a entrada das pessoas pelo facto de o edifício ser tão amplo. Aguarda, também, a informação por parte do Sr. Vereador Fernando Silva dos Múncipes que porventura poderão ter sido tratados de forma menos conveniente, pelo segurança, para assim aferir o que possa estar a decorrer.. ..

Relativamente às informações que vão à Assembleia Municipal da Atividade Municipal disse que tem tentado ao máximo prestar essas informações, mas iria ter em atenção o sugerido pelo Vereador Fernando Silva.

O **Vereador António Mota**, reportando-se ao pedido de esclarecimento solicitado pelo Vice-Presidente disse que o mesmo merecia uma resposta cabal, sobre aquilo que tinha conhecimento sobre o assunto.

Relativamente à questão da zona industrial de Vila Verde, disse saber que os técnicos quer da área do planeamento quer da área económica tudo fizeram, apesar de não ter sido apresentado no início do tempo, tinha havido a possibilidade de o apresentar noutro período e todo o desenrolar do processo, já não coube a si, porque na altura já não exercia as funções de Vereador com pelouro atribuído, mas tinha tido conhecimento que o processo tinha sido chumbado.

Acrescentou que tinha estado envolvido no processo com os serviços técnicos, e nunca tinha dito que a responsabilidade era imputada aos serviços técnicos da Câmara Municipal.

Relativamente ao kartódromo e ao muro a nascente, questionou quem tinha retirado o mesmo e contruiu o talude, tendo sido uma intervenção que tinha provocado a passagem da rede das águas pluviais para o passeio e para a estrada. Disse ser mau demais ninguém saber de nada.....

O **Presidente da Câmara**, referiu que tinham sido solicitados os esclarecimentos aos técnicos municipais esperando que assim que tenham alguma resposta a façam chegar.

PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2018.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 25 de outubro de 2018, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.



Oliveira do Bairro câmara municipal

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 25 de outubro de 2018, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 3 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2018.....

Por não ter estado presente na Reunião de Câmara realizada no dia 30 de outubro de 2018, não participou na votação o Vereador Fernando Silva.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 30 de outubro de 2018, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 30 de outubro de 2018, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 4 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2018.....

Por não ter estado presente na Reunião de Câmara realizada no dia 08 de novembro de 2018, não participou na votação a Vereadora Lília Ana Águas.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara e o Vereador Fernando Silva.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que pretendia apresentar um protesto, começando a ler o mesmo.

O **Presidente da Câmara**, interrompeu a leitura e solicitou ao Vereador Fernando Silva que se cingisse ao conteúdo da ata, uma vez que o seu protesto nada tinha a ver com a forma de redação da ata. Solicitou que o mesmo concluísse dizendo se pretendia alterar alguma expressão na ata que não concordasse.

Acrescentou que o mesmo poderia ter apresentado o seu protesto no Período Antes da Ordem do Dia e não o fez.

Assim o referido protesto ficará apenso à presente ata.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 8 de novembro de 2018, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 8 de novembro de 2018, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....
PONTO 5 – PROPOSTA APRESENTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – CEDÊNCIA DO CAMPO SINTÉTICO DA ESCOLA DR. ACÁCIO DE AZEVEDO - CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E O OLIVEIRA DO BAIRRO SPORT CLUBE

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto e o Vereador Fernando Silva.....

A **Vereadora Susana Martins**, informou que o presente ponto era um pedido de cedência do campo sintético da Escola Acácio Azevedo, feita pelo Oliveira do Bairro Sport Clube, de forma a poder realizar os jogos das camadas mais jovens, assim como também a realização de treinos durante os dias da semana.....

O **Vereador Fernando Silva**, questionou se o horário de cedência do campo colidia com o horário das atividades letivas. Referiu também que a partir das dezoito horas, já não havia assistentes operacionais nas escolas questionou como é que era assegurada a segurança do espaço no período dos treinos, correndo o risco de qualquer pessoa entrar na escola.

A **Vereadora Susana Martins**, informou que o horário dos treinos não coincidia com o horário escolar, até porque os praticantes da modalidade também andam na escola e só depois das dezoito horas estão disponíveis e acrescentou que todas as instalações estavam sempre a ser vigiadas e controladas por um funcionário da Câmara.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Autorizar a cedência das Instalações do Campo Sintético da Escola Dr. Acácio de Azevedo, ao Oliveira do Bairro Sport Clube, durante a época desportiva 2018/2019, nos termos da Proposta apresentada pela Vereadora do Pelouro, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.....

2.º - Aprovar a respetiva minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

3.º - Designar a Chefe de Divisão de História e Património Cultural, Desporto e Lazer, Dr.ª Cristina Maria Madeira da Silva Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

.....
PONTO 6 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 67|GAP – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES INSCRITAS NA BASE DE DADOS MUNICIPAL DE ASSOCIAÇÕES – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas a fim de apresentar o assunto o Presidente da Câmara e o Vereador António Mota.



Oliveira do Bairro câmara municipal

A **Vereadora Lília Ana Águas**, disse o presente ponto da Ordem de Trabalhos se tratava da atribuição de subsídios às associações, vindo na sequência de outros que já tinham vindo a reunião de Câmara. Esclareceu que à medida que as associações iam entregando e regularizando a sua situação ao nível de documentação perante a Câmara iam ficando aptas para a receção dos respetivos subsídios.

O **Vereador António Mota**, disse que em relação aos valores atribuídos, os mesmos eram iguais aos do ano transato, à exceção de um, questionando se o Regulamento de Apoio às Associações estava a ser aplicado.

Disse achar muita coincidência, os valores serem os mesmos, antes e depois da entrada em vigor do Regulamento, o que vinha demonstrar que os valores atribuídos pelo anterior Presidente da Câmara, estavam corretos e estavam a ser cumpridos alguns indicadores para que os subsídios fossem atribuídos, ou então os subsídios não estão a cumprir o Regulamento.

O **Presidente da Câmara**, referiu que em todos eles havia uma cláusula de salvaguarda, que em 2019 serão feitas as correções, que venham a existir da aplicação e da análise de acordo com o Regulamento.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;

1.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e as Associações Inscritas na Base de Dados Municipal, com vista à atribuição dos seguintes apoios financeiros:

Designação da Entidade	Subsídio
ACUREP – Associação Cultural e Recreativa da Pedreira	1.000,00 €
ADASMA – Associação de Dadores de Sangue da Mamarrosa	5.000,00 €
Agrupamento CNE 480 – S. Bartolomeu Troviscal	3.500,00 €
Agrupamento CNE 1143 – S. Simão Oiã	3.500,00 €
AMAB – Associação de Melhoramentos de Águas Boas	1.500,00 €
AMALIFECA – Assoc. Mor. Amigos Limeira, Feiteira e Carvalha	1.000,00 €
Grupo Coral de Oiã	2.500,00 €
Rancho Folclórico “As Vindimadeiras” da Mamarrosa	1.500,00 €
Rancho Folclórico S. Simão da Mamarrosa	1.500,00€

2.º Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e as Associações descritas no número anterior;

3.º - Designar a Chefe de Divisão de História e Património Cultural Desporto e Lazer, Dr.ª Cristina



Oliveira do Bairro câmara municipal

Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 7 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 68|GAP – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – “XVII GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO ADREP “VILA DA PALHAÇA – OLIVEIRA DO BAIRRO” E CAMPEONATO DISTRITAL DE ESTRADA” - CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E A ADREP- ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RECREATIVA E EDUCATIVA DA PALHAÇA

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto.

A **Vereadora Susana Martins**, informou que o presente ponto era a atribuição de apoios a uma atividade pontual realizada pela ADREP, que era o Grande Prémio de Atletismo, e o campeonato Distrital de Estrada. Acrescentou que o apoio era financeiro e não financeiro, como poderiam ver exarado na informação.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Aprovar a atribuição de um apoio financeiro à ADREP – Associação Desportiva, Recreativa e Educativa da Palhaça, no montante de 8.500,00 € (oito mil e quinhentos euros), nos termos da Informação/Proposta n.º 68|GAP, datada de 23 de novembro de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

2.º - Aprovar o apoio logístico de acordo com o solicitado e conforme disponibilidade.

3.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;.....

4.º - Designar a Chefe de Divisão de História e Património Cultural, Desporto e Lazer, Dr.ª Cristina Maria Madeira da Silva Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 8 – INFORMAÇÃO N.º 283|2018 APRESENTADA PELA UNIDADE PARA O CONHECIMENTO E A COESÃO SOCIAL – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO BAIRRO – ANO LETIVO DE 2018/2019

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas, a fim de apresentar o assunto.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, disse tratar-se de atribuição de subsídios no âmbito da ação social tendo a ver com os apoios que eram dados na comparticipação da alimentação e aos manuais e material escolar. Acrescentou que foram abertas candidaturas aos apoios, as mesmas foram



Oliveira do Bairro câmara municipal

analisadas, tendo sido excluídas 65 candidaturas das 381 apresentadas. Acrescentou que decorria da lei, havendo critérios que tinham que obedecer.

Esclareceu que apesar de algumas candidaturas serem excluídas, por vários fatores, a exclusão só abrangia a parte dos manuais e materiais escolares e nunca a parte das refeições que essas eram contempladas.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a “Atribuição de Subsídios no Âmbito de Ação Social Escolar no 1º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2018/2019” nos exatos termos propostos pela Unidade para o Conhecimento e Coesão Social, através da Informação n.º 283/2018, datada de 13 de novembro de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 9 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 189/2018 APRESENTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL, NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2018, AO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA BAIRRADA PARA A REALIZAÇÃO DO “CONCERTO DE NATAL”.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita ao Conservatório de Música da Bairrada, do Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 12 de dezembro de 2018, para efeitos de realização do “Concerto de Natal”.

PONTO 10 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 193/2018 APRESENTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL, NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2018, À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO PARA A REALIZAÇÃO DA “FESTA DE NATAL DO CENTRO DE INFÂNCIA E JUVENTUDE”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita à Santa Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro, do Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 20 de dezembro de 2018, para efeitos de realização da “Festa de natal do Centro de Infância e Juventude”.

PONTO 11 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 308/2018 APRESENTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E A PARALISIA CEREBRAL-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO - REALIZAÇÃO DE CAMPEONATO NACIONAL DE BOCCIA SÉNIOR INDIVIDUAIS-ZONA CENTRO



Oliveira do Bairro câmara municipal

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto e o Vereador Álvaro Ferreira.

A **Vereadora Susana Martins**, deu nota que o presente ponto era uma cedência do pavilhão municipal, para a realização do campeonato nacional de boccia sénior – individuais, que se irá realizar no dia 12 de dezembro, durante todo o dia.

Lançou o convite aos presentes a se deslocarem ao pavilhão, para assistirem ao campeonato.

Referiu que para além da cedência do Pavilhão está também inerente a cedência de mesas, cadeiras e todo o material para que toda a atividade decorra da melhor forma.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu que era uma iniciativa que já tinha alguma história no Concelho, onde várias IPSS têm participado e organizado torneios e Oliveira do Bairro estando na linha da frente do que é a área social é sempre bom receber este tipo de iniciativas.

Referiu que no pedido solicitam a marcação de 9 campos, mas do que leu apenas dá para marcar seis campos, questionando se isso iria interferir com a organização da atividade.

A **Vereadora Susana Martins**, esclareceu que não iria afetar, porque havia sempre reajustes e remarcação de calendários, conseguindo fazer a competição dentro da normalidade.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1.º - Aprovar a atribuição de apoio não financeiro à Paralisia Cerebral - Associação Nacional de Desporto, para a realização do Campeonato Nacional de Boccia Sénior Individuais – Zona Centro nos termos Informação/Proposta n.º 308/2018 apresentada pela Divisão de História e Património Cultural Desporto e Lazer, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

4.º - Designar a Chefe de Divisão de História e Património Cultural, Desporto e Lazer, Dr.ª Cristina Maria Madeira da Silva Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 12 – INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 348/2018: REABILITAÇÃO DA CERÂMICA ROCHA - MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, referiu que o presente ponto estava relacionado com a reabilitação da Cerâmica Rocha e as respetivas modificações ao contrato, decorrentes da apresentação dos projetos de arquitetura na última reunião de Câmara.

Acrescentou que havia alterações de valores, conforme estava explanado na documentação enviada, implicando também alterações objetivas ao contrato.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vereador Fernando Silva**, recordou que tinha votado contra à alteração ao projeto de arquitetura, na última reunião de Câmara, porque como já tinha referido qualquer alteração do género que exista e qualquer decisão que a Câmara tome a nível financeiro, tem que ser quantificado, porque ninguém podia decidir nada e muito menos o presente órgão, se não se souber quanto é que ia custar ao Município.

Recordou que quando tinha questionado relativamente aos custos adicionais, o que lhe tinha sido dito pelo Presidente de Câmara, numa resposta apaziguadora, era que os mesmos seriam pequenos ou irrelevantes.

Disse que o mesmo já tinha acontecido na requalificação da Escola Dr. Fernando Peixinho e estava a acontecer novamente o que para si era muito grave porque se ia pagar mais cento e setenta mil euros.

Acrescentou que na informação fala de trabalhos a mais já aprovados, mas os mesmos não vieram a este órgão e nem têm ideia de quais são. Disse que o Presidente da Câmara, não podia pontualmente aprovar trabalhos a mais e depois esperar que sejam aprovados.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que os trabalhos a mais, relativos ao Bloco C, que o Vereador tinha referido, já tinham sido apresentados neste órgão e foram aprovados.

Esclareceu também que o valor não era de cento e setenta mil euros, mas sim cerca de cem mil euros, explicando que havia trabalhos a menos a serem executados no Bloco C, sendo que os trabalhos a mais estavam relacionados com os Blocos A e B. O Bloco B mais dirigido para a parte museológica porque é a mais visível em termos de história, com peças que se podem preservar, e o Bloco A, que não estava a ser preservado as suas partes históricas e o atual Executivo entendeu que deveria ser preservado, nomeadamente a varanda existente, pelos seus traços históricos.

Lembrou que em várias reuniões de Câmara, foi explicada a necessidade de se fazerem os projetos de especialidade que não estavam feitos. Acrescentou que inicialmente não estava definido qual era o objetivo do equipamento, depois de se decidir o que se pretendia para o espaço, houve necessidade de serem apresentadas as especialidades, que não estavam feitas, a devida reformulação do projeto, tudo isso despoletou todas as situações que têm vindo a reunião de Câmara, para serem aprovadas.

O **Vereador António Mota**, disse que já há algum tempo a esta parte, em todas as reuniões de Câmara tem vindo um assunto relacionado com a Cerâmica Rocha, o que para si não fazia sentido porque se deveria compilar tudo e vir de uma só vez.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador eleito pelo UPOB Fernando Silva, o seguinte:

1.º - Aprovar a modificação objetiva do contrato nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 311.º coadjuvado com a alínea b) do artigo 312.º do CCP, com a reposição de equilíbrio financeiro do contrato no montante de 170.690,21€ (cento e setenta mil, seiscentos e noventa euros e vinte e um



Oliveira do Bairro câmara municipal

cêntimos) acrescidos IVA à taxa legal em vigor, condicionada à apresentação de caução, nos termos da Informação Técnica n.º 348/2018/DGUOM datada de 23 de novembro de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

PONTO 13 – APROVAÇÃO DA CONTA FINAL (DEFINITIVA) DA EMPREITADA “CENTRO ESCOLAR DE OLIVEIRA DO BAIRRO – SUBSTITUIÇÃO DE CAIXILHARIAS E REPARAÇÃO DE DANOS”

EMPRESA ADJUDICATÁRIA: COSTA & CARREIRA, LDA.

VALOR DE ADJUDICAÇÃO: 265.000,00 € + IVA

TOTAL DE TRABALHOS A MAIS: 24.054,20 € + IVA

TOTAL DE TRABALHOS A MENOS: 7.514,50 € + IVA

CUSTO FINAL DA OBRA: 281.539,70 € + IVA

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador António Mota.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que o presente ponto era a conta final da empreitada de reparação de caixilharias do Pólo Escolar de Oliveira do Bairro, sendo uma obra que tinha decorrido no final do ano de 2017 e que atualmente se encontra concluída.

O **Vereador António Mota**, questionou se o trabalho tinha ficado bem feito e de forma definitiva, porque quem construiu um Pólo Escolar, construiu todos e a ser assim os problemas existiam em todos os Pólos Escolares questionando em que situação se encontravam os que não sofreram obras de reparação.

Referiu que esta intervenção no Pólo Escolar de Oliveira do Bairro, tinha sido uma “pieguice” do anterior Presidente da Câmara, questionando se os outros Pólos Escolares também iriam ter a mesma intervenção.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que as obras foram feitas no mês de novembro, mês de chuva, foi um trabalho difícil e moroso devido às condições climáticas, no entanto os trabalhos estavam concluídos.

Deu nota que estava se ser feita uma análise, da possibilidade de infiltrações, ou problemas que possam ocorrer face à precipitação. Informou que da precipitação que tem existido, quase não se via humidade nas zonas que tinham sido intervencionadas.

Relativamente aos outros Pólos Escolares, disse que face às intervenções que foram feitas, não foi dada qualquer nota de problemas que possam existir.

O **Vereador António Mota**, questionou se o valor da caução tinha dado para cobrir os custos da



Oliveira do Bairro câmara municipal

intervenção.

O **Presidente da Câmara**, disse que da noção que tinha, uma vez que era um processo anterior à sua tomada de posse, o valor da caução chegou para cobrir a intervenção.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Conta Final (Definitiva) da Empreitada “Centro Escolar de Oliveira do Bairro – Substituição de Caixilharias e Reparação de Danos”.

PONTO 14 – PROCESSO DE OBRAS N.º 146/94, ANTÓNIO RAMÍSIO DA MAIA, OBRA SITA NA FREGUESIA DE OIÃ – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016

Interveio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara**, esclareceu que o presente ponto, vinha na sequência de um pedido realizado por um munícipe no ano de 2013, para cedência de materiais, para construção de um muro confinante com via pública, o qual foi deliberado no ano de 2016.

Informou que o munícipe não tinha aceite o alinhamento dado, para a construção do muro, tendo desistido da pretensão, através de carta dirigida à Câmara a prescindir do apoio.

Referiu que o que estava a votação era a anulação da deliberação proferida a 7 de dezembro de 2016.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, revogar a deliberação constante no ponto 18 da reunião de Câmara de 7 de dezembro de 2016, nos termos da Informação Técnica de 13 de novembro de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 15 – PROCESSO DE OBRAS N.º 104/18, DE ARMAZÉNS REIS-MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, S.A. – LOTE S6 DA ZONA INDUSTRIAL DE OIÃ – DISPENSA PARCIAL DO CUMPRIMENTO DA DOTAÇÃO DE ESTACIONAMENTO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.....

O **Vice-Presidente da Câmara**, referiu que o presente ponto era uma dispensa parcial de lugares de estacionamento, por razões de economia e funcionalidade interna do edifício.

Acrescentou que o pedido foi feito pela empresa, os técnicos municipais entenderam que era razoável e justificável e dentro do enquadramento legal vigente é trazido o ponto para a competente deliberação.

O **Vereador Fernando Silva**, questionou se o Vice-Presidente se tinha deslocado ao local e se tinha verificado que havia uma violação do PDM, em termos de construções dentro do lote.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Questionou ainda como é que vinha uma informação ao Executivo ignorando uma violação do PDM.

O **Vice-Presidente da Câmara**, disse que se estava a falar de coisas diferentes, porque a questão está no edifício novo e o Vereador Fernando Silva, estava a falar no edifício anterior o qual efetivamente tinha sido alvo de uma contraordenação.

No caso em concreto esclareceu que não havia nenhuma violação do PDM, e como se verificava na informação enviada, faltava um parecer da APA e com a entrega do mesmo, estavam criadas as condições para o licenciamento, dentro das regras do PDM em vigor.....

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que não tinha dúvidas que brevemente viria a este órgão a anexação dos dois lotes. Disse que se um dia, houver um incêndio no lote da Moviflor, que tem construções à extrema do lado poente e com construções à extrema do lado norte junto à vala, que agora eram resolvidas com a anexação dos dois lotes, que ainda não veio a este órgão.

Deu conhecimento que iria votar contra, porque se houver um acidente os veículos de emergência não têm por onde passar. Acrescentou que o PDM não autorizava a violação dos afastamentos e que não ia ignorar os problemas que possam surgir.

Declarou que iria votar contra com base no que tinha acabado de descrever.....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, questionou se era processual dar deliberações sobre matérias similares, quando ainda não existem todos os pareceres emitidos das entidades envolvidas nos processos.

O **Vice-Presidente da Câmara**, esclareceu que o que estava em causa neste ponto da Ordem de Trabalhos, era a questão da dispensa de lugares de estacionamento, e o que depois faltará para completar o licenciamento é o parecer da APA, mas por uma questão de agilizar assim que o parecer da APA vier para o licenciamento, já a deliberação da dispensa de lugares de estacionamento está feita.

Voltou a referir que se estava a discutir coisas diferentes, sendo que o edifício que estava em causa era o centro logístico do grupo, o novo edifício e a questão levantada pelo Vereador Fernando Silva refere-se às construções anteriores que tem um processo jurídico a decorrer e do qual o Vereador em tempos tinha enviado fotografias a alertar para a ilegalidade.

O **Vereador António Mota**, referiu que a Câmara Municipal só deveria tomar a sua deliberação após ter todos os pareceres de todas as entidades envolvidas para a deliberação final, disse que agora se deliberava sobre a questão do estacionamento, mas isso não ia resolver a questão do licenciamento. Disse ainda que gostou de saber que o Vereador Fernando Silva tinha andado a enviar fotografias ao Vice-Presidente, mas que este deveria ter evitado dizer.

O **Vereador Fernando Silva**, esclareceu que enviou as ditas fotos assim como tem alertado, sendo pena que o Vice-Presidente não tenha já mencionado daquilo que foi alertado no edifício que está em construção, para uma outra situação de violação de PDM e isso ainda não foi esclarecido.

Questionou porque é que tinha sido pedido, para esse lote, um parecer às Infraestruturas de Portugal,



Oliveira do Bairro câmara municipal

quando o lote não confina com nenhuma infraestrutura dessa entidade.

O **Vice-Presidente da Câmara**, esclareceu que num ato de cidadania responsável, por parte do Vereador Fernando Silva, que há uns anos em lugar de ter apresentado na Câmara Municipal a queixa, teve o gesto simpático de lhe enviar as fotografias a denunciar as situações, na altura como Vereador da oposição, transmitiu a situação a quem de direito e o procedimento seguiu os trâmites jurídicos normais, tendo também cumprido o seu dever cívico.

Sobre a presente votação, repetiu que se estava a vota a dispensa de lugares de estacionamento e tudo o resto era análise técnica.

O **Vereador Fernando Silva**, agradeceu ao Vice-Presidente por ter apresentado em lugar próprio aquilo que achou que deveria ser dado a conhecer, porque violações de PDM que podem por em risco a segurança de pessoas, como era o caso, não devem existir.

Disse que não tinha obtido resposta, relativamente ao parecer das Infraestruturas de Portugal que continuava a dizer que não sabia porque é que existia.

O **Vice-Presidente da Câmara**, esclareceu que o parecer existia no processo, porque tinha sido solicitado e o mesmo foi emitido.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que se tinha sido a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro a solicitar o parecer, era muito grave.

O **Presidente da Câmara**, chamou a prestar esclarecimentos mais técnicos a Chefe de Divisão da DGUOM, Doutora Isabel Simões.

A **Chefe de Divisão da DGUOM Isabel Simões**, esclareceu que o parecer foi solicitado à Infraestruturas de Portugal porque no ano de 2015 a lei das infraestruturas de Portugal foi alterada e existe uma zona de respeito de cento e cinquenta metros, que obriga a pedir parecer à entidade.

Relativamente ao parecer solicitado à APA, esclareceu que no âmbito do PDM, existe uma área de abrangência de zona de proteção à Pateira de quinhentos metros e daí serem obrigados a solicitar esse parecer, quer em sede de loteamento, quer em sede de comunicação prévia.

O **Vereador Fernando Silva**, disse entender a explicação dada pela técnica municipal, mas o seu entendimento sempre foi para uma primeira construção, porque quando exista já uma construção mais próxima e se queira construir mais afastado, não entende o porquê de se pedir o parecer.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com o voto contra do Vereador eleito pelo UPOB Fernando Silva, aprovar a dispensa parcial do cumprimento do número de lugares de estacionamento, previstos no n.º 1 do artigo 107.º do Regulamento do PDM dado o seu enquadramento na alínea a) do n.º 5 do artigo 107.º do mesmo diploma, nos termos da Informação Técnica de 13 de outubro de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.



Oliveira do Bairro câmara municipal

PONTO 16 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 308/2018 APRESENTADA PELA UNIDADE DE GESTÃO ECONÓMICA FINANCEIRA E PATRIMONIAL E PELA UNIDADE DE GESTÃO URBANÍSTICA E OBRAS MUNICIPAIS – PRÉDIOS EM RUÍNA (N.º 3 E 16 DO ARTIGO 112.º DO CIMI).....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador António Mota.....

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que o presente ponto seria praticamente para conhecimento à Câmara Municipal, havendo necessidade da sua aprovação.

Na informação enviada aos Vereadores, constava a listagem dos prédios classificados de ruína e que foram alvo de todo o processo para essa classificação e que já tinham sido comunicados em anos anteriores. Acrescenta que na informação já não constavam os prédios, que ou foram demolidos, ou recuperados, ou reconvertidos.

Informou que em simultâneo tinha sido desencadeado a análise de outros casos sinalizados e que seriam vistoriados de forma a poderem ser apreciados e para que os seus proprietários também possam ter a oportunidade de efetuar as obras ou tomar decisões para que não venham a ser onerados de acordo com as decisões tomadas quer no presente órgão quer na Assembleia Municipal.

O **Vereador António Mota**, regozijou-se porque verificou que na informação a Freguesia da Palhaça, tinha poucos prédios com a classificação de ruína, comparando com as outras Freguesias.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que o trabalho tinha estado parado muito tempo e para si quantos menos prédios com a classificação de ruína existirem melhor.

Referiu ainda que em todas as Freguesias a lista era menor, por se ter verificado que já tinham sido demolidos ou remodelados.

Acrescentou que atualmente se estava a fazer um trabalho para serem analisados todos os casos em todas as Freguesias.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar os prédios em situação de ruína identificados na Informação/Proposta apresentada pela Unidade de Gestão Económica Financeira e Patrimonial e pela Unidade de Gestão Urbanística e Obras Municipais, datada de 26 de novembro de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

PONTO 17 – PEDIDO DA UNIÃO FILARMÓNICA DO TROVISCAL, DE CEDÊNCIA DE ESTRADOS, NO DIA 9 DE DEZEMBRO DE 2018, PARA EFEITOS DA REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DO 29.º ANIVERSÁRIO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência de estrados à União Filarmónica do Troviscal, no dia 9 de dezembro de 2018, para efeitos de realização das Comemorações do 29.º Aniversário.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....
PONTO 18 – PEDIDO DA ACIB-ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DA BAIRRADA, DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DO “ESPAÇO INOVAÇÃO”, NO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2018, PARA EFEITOS DA REALIZAÇÃO DE FORMAÇÃO “SAF-T E TAXONOMIAS”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita à ACIB, do Auditório do Espaço Inovação, no dia 3 de dezembro de 2018, para efeitos de formação “SAF-T e Taxonomias”.

.....
PONTO 19 – PEDIDO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DR. FERNANDO PEIXINHO, DE CEDÊNCIA DO “AUDITÓRIO DE OIÃ”, NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2018, PARA EFEITOS DA REALIZAÇÃO DA “FESTA DE NATAL”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita à Escola Básica Integrada Dr. ° Fernando Peixinho, do Auditório da freguesia de Oiã, no dia 14 de dezembro de 2018, para efeitos de realização da “Festa de Natal”.

.....
PONTO 20 – REQUERIMENTO APRESENTADO PELA ADRAC-ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RECREATIVA AMBIENTE CULTURAL DO RÊGO, A SOLICITAR O EMPRÉSTIMO DE 10 GRADES E DIVERSOS SINAIS DE TRÂNSITO, DE 7 A 9 DE DEZEMBRO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE N.ª SR.ª DA CONCEIÇÃO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar o empréstimo de grades e diversos sinais de trânsito à ADRAC – Associação Desportiva Recreativa Ambiente Cultural do Rêgo, nos dias 7 e 8 de dezembro de 2018, para efeitos de apoio à realização das Festas em Honra de Nossa Senhora da Conceição.....

.....
PONTO 21 – PEDIDO DA ACIB-ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DA BAIRRADA, DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DO “ESPAÇO INOVAÇÃO”, NO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 2018, PARA EFEITOS DA REALIZAÇÃO DE CONVOCATÓRIAS A OFERTA DE EMPREGO EM PARCERIA COM O IEF – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara datado de 09 de novembro de 2018, que autorizou a cedência do Auditório do Espaço Inovação à ACIB – Associação Comercial e Industrial da Bairrada, no dia 15 de novembro, para efeitos da realização de convocatórias a oferta de emprego em parceria com o IEF.

.....
PONTO 22 – PEDIDO DA BANDA FILARMÓNICA DA MAMARROSA, DE CEDÊNCIA DE



Oliveira do Bairro câmara municipal

ESTRADOS, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2018, PARA EFEITOS DA REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DO 102.º ANIVERSÁRIO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara datado de 13 de novembro de 2018, que autorizou o empréstimo de estrados à Banda Filarmónica da Mamarrosa, no dia 18 de novembro, para apoio às comemorações do 102.º aniversário.

RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 28 de novembro do ano de 2018, do qual constam os seguintes dados e valores:.....

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: 1.338.637 Euros e 23 Cêntimos

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 785.981 Euros e 45 Cêntimos

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: 2.124.568 Euros e 68 Cêntimos

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: Apesar de haver público presente não se registaram quaisquer pedidos de intervenção.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezasseis horas, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnica, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

Jorge Ferreira Pato



Oliveira do Bairro câmara municipal

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Fernando José Martins da Silva